

O Contestado e a Política Externa Brasileira: relações diplomáticas e violência na região do Contestado (1902 – 1916)

VIVIANI POYER *

A presente pesquisa pretende se debruçar sobre uma das mais significativas fases da política externa brasileira, principalmente o período que compreende a chancelaria de José Maria da Silva Paranhos Júnior – Barão do Rio Branco, chegando até os anos de 1916, quando finda o movimento do Contestado, momento aquele que contava com o catarinense Lauro Muller a frente do Ministério das Relações Exteriores.

Cabe iniciar o presente texto apontando aspectos referentes ao cenário econômico internacional, do final do século XIX e início do XX, período caracterizado pela chamada fase imperialista do capitalismo monopolista, marcado pelas disputas entre as grandes potências acerca da hegemonia econômica mundial. Aquele momento, conhecido também como época clássica do fenômeno imperialista, se deu a constituição de um sistema capitalista internacional. Paul Singer (1977) destaca que houve inversões de capitais dos países industrializados nos países não-desenvolvidos. Pode-se afirmar que existiam duas finalidades para que isso ocorresse: as taxas de juros mais elevadas e o domínio dos mercados internos das economias coloniais. O segundo interesse ou finalidade aqui exposto, era atingido por meio da instalação de subsidiárias nos países não desenvolvidos, geralmente voltados à construção ou instalação de ferrovias, companhias de navegação, de bondes, de eletricidade e gás, matadouros, madeireiras e colonizadoras - , que naturalmente preferiam importar equipamentos, combustíveis e tecnologias do país em que se situava a matriz. (SINGER, 1977, p. 363).

É neste contexto, e diante do posicionamento brasileiro no cenário internacional, que podemos situar a intenção existente desde o final do Império por parte do Brasil, de organização e construção de uma ligação ferroviária entre os diferentes países sul-americanos.

Outro aspecto não menos importante, contribuiu para por em prática a intenção de se construir uma ferrovia, por parte do governo brasileiro, e cabe ser lembrado aqui: a antiga questão de disputa territorial entre os vizinhos Brasil e Argentina.

O que de fato se concretizou neste sentido, foi a chamada "Questão de Palmas ou

* Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Mestre. CAPES.

Misiones", em que disputavam Brasil e Argentina, amplo território localizado a Oeste do continente brasileiro, na fronteira entre os Estados da Região Sul com o país vizinho - Argentina. Existia em função deste evento, uma significativa preocupação por parte do governo brasileiro com a fronteira e sentia-se a necessidade do país possuir elementos necessários à defesa nacional.

Pensando na defesa do território reivindicado pela Argentina, o governo Imperial brasileiro, em 9 de novembro de 1889 aprovou o decreto nº 10.432, que previa a construção de uma estrada de ferro, que iria de Itararé, na província de São Paulo, até Santa Maria da Boca do Monte, no Rio Grande do Sul, com diversos ramais. (HEINSFELD, 2014, p.181)

Pensava-se na construção de uma ferrovia também, para atender a uma demanda de outra natureza que não somente a econômica, mas militar estratégica. Os diferentes ramais pensados para compor a mesma, denotavam esta função, uma vez que seguiriam até a fronteira com a Argentina, ligando o Sul do Brasil com o restante do país. Assim, já em 1872, dezessete anos antes do referido decreto que aprovou a construção da tão almejada estrada de ferro que ligaria o centro do país ao sul, tem-se o projeto desenvolvido pelo Engenheiro J. Ewbank da Câmara, em que este propunha ao governo imperial um projeto ferroviário para o Rio Grande do Sul. A partir de preocupações geopolíticas e estratégicas que o país apresentava, Ewbank fez "uma análise das redes ferroviárias dos países vizinhos, potenciais agressores do Brasil." (Heinsfeld, 2014, p.182). A Argentina possuía uma malha ferroviária bem mais desenvolvida e ampla, possuía linhas em direção ao norte, oeste e ao sul, chegando ao porto e reforçando as fronteiras, sendo que o vizinho Brasil, possuía extrema vulnerabilidade nas fronteiras do sul, fato este discutido pela Assembleia Geral, levando a percepção do problema da segurança na fronteira meridional e a consequente aprovação do referido projeto.

Esta ferrovia conhecida como Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (EFSPRG), foi construída para atender a duas demandas como já ditas aqui anteriormente, estratégico militar e econômica, seguindo a lógica da expansão capitalista internacional, uma vez que estas apresentavam para o capitalismo da época a "vantagem inestimável de absorverem enorme volume de capital." (HEINSFELD, 2014, p.183).

A construção desta ferrovia esteve sob a responsabilidade de diferentes empresas

3

até a sua finalização,¹ mas em 1906, logo que o trecho sul ficou pronto, a multinacional Brazil Railway Company do americano Percival Farquhar assumiu as obras e o controle acionário da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, responsabilizando-se pela construção do trecho entre União da Vitória e o Rio Uruguai, passando pelo território contestado pelos estados do Paraná e Santa Catarina, mais tarde região que será alvo do movimento do Contestado.

O Império Farquhar

Diante destes projetos o Norte-Americano Percival Farquhar, polêmico personagem da economia mundial na época, deixou marcas indeléveis na história, por sua ousadia e pela sua presença onipresente e incansável nos meios políticos e econômicos latino americano, mas principalmente brasileiro, na primeira metade do século XX. Segundo Valentini,

Nas décadas de 1870, 1880 e início de 1890, antes do mergulho nos grandes empreendimentos na América Latina, Percival Farquhar teve sólida formação em áreas do conhecimento nos ramos industrial e empresarial e, principalmente, uma bagagem de experiências no campo social, cultural, militar, religioso, político e econômico. Desde cedo, travou contatos com milionários empreendedores, políticos influentes e futuros investidores que transformaram a História da América Latina e do Brasil. (VALENTINI, 2009, p. 74-75).

A instalação de 38 empresas estrangeiras, entre os anos de 1905 e 1920, representam uma mostra do poderio econômico do empresário. Suas empresas atuavam em diferentes setores da economia brasileira: empresas de energia elétrica como a Light & Power Company no Rio de Janeiro, construção e exploração de portos e de companhias de navegação fluviais e marítimas no norte, centro e sul do país, bem como, de companhias colonizadoras, estabelecimento de fazendas com grande quantidade de cabeças de gado e fundação do primeiro frigorífico do país em São Paulo. Empreendeu ainda, na construção de um hotel no litoral paulista e a instalação, nada mais nada menos, que da maior serraria da América do Sul na época, considerada uma das maiores da América Latina, que se tem

¹ Sobre as empresas que trabalharam na construção da EFSPRG, sugiro a leitura de: HEINSFELD, Adelar. **Fronteira e a Ocupação do Espaço:** a questão de Palmas com a Argentina e a colonização do Vale do Rio do Peixe-SC. São Paulo: Perse, 2014. Uma outra alternativa para uma leitura mais aprofundada sobre a referida ferrovia sugiro a leitura de: ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado:** os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915). Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 2011.

registro até os dias atuais, localizada no atual município de Três Barras no estado de Santa Catarina.

As ferrovias foram seu principal alvo, empreendendo em São Paulo, Paraná, Santa Catarina, chegando até a Madeira-Mamoré no norte do país. Mas não foi só no Brasil que este "titã" empreendeu em ferrovias, outros países da América do Sul e da África também contaram com a presença dos investimentos internacionais representados na figura de Percival Farquhar. Seu poder no que diz respeito a investimentos e empreendimentos fundamentais ao desenvolvimento do país, fora tão grande que esta *holding* multinacional pode ser comparada a um polvo com seus diversos tentáculos, como Heinsfeld (2014) nos aponta, chegando a constituir, o que se convencionou chamar de Sindicato Farquhar.

Farquhar desembarcou no Rio de Janeiro no início do ano de 1905 e foi recebido pelo advogado Alexander Mackenzie ao ser introduzido ao círculo das autoridades de interesse das concessões almeçadas, logo teve contato com Lauro Müller, então Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas (GAULD, 2006, p. 106-107).

Farquhar possuía como estratégia inicial, conquistar concessões urbanas, associando-se a outras empresas, na maioria das vezes internacionais, com o objetivo de dominar serviços públicos no Brasil. O financiamento nessas grandes negociações, geralmente eram obtidos de grandes grupos europeus, que provinham na sua maioria de bancos que financiavam os investimentos mediante a garantia de pagamentos de juros sobre o capital emprestado pelos governos onde eram feitas as obras. Farquhar levantou grandes somas em bancos de Paris, Bruxelas e Londres para levar a diante as concessões principalmente de ferrovias e portos, com o intuito de “oferecer” o tão almejado desenvolvimento para os países da América Latina por onde passava com seus projetos.

A intenção de se fazer estes apontamentos sobre o grupo Farquhar, é procurar mostrar que apesar da aproximação ocorrida entre Brasil e EUA, outras fontes de capital estrangeiro, neste caso europeu, continuavam a se fazer presentes na economia brasileira, mesmo que de forma indireta. Neste sentido, este trabalho tem entre seus problemas de pesquisa fatos que circundam e compõem o cenário do movimento social do Contestado e suas consequências no âmbito das relações internacionais e diplomáticas, estabelecidas pelo Brasil com grandes potências europeias como Inglaterra, França, Alemanha, Itália e também EUA.

O Mesmo Cenário com Novos Elementos?

Apesar de não ser tão explorado pela história nacional como a Revolta de Canudos, a Guerra do Contestado, ou melhor o movimento social do Contestado, vem ganhando espaço na academia, nos grupos de pesquisa, entre os historiadores e principalmente nas salas de aula a partir do ensino de história acerca dos movimentos sociais. Contudo, muitas vezes o ensino deste conflito que se deu entre os anos de 1912 e 1916, ainda está restrito aos estados do sul do país, quando não aos estados de Santa Catarina e Paraná. É com a intenção não só de enfatizar o movimento, quando da comemoração dos seus cem anos de acontecimento, mas sobretudo, de propor uma discussão a partir de uma outra ótica, que enquadro e apresento a presente pesquisa, na qual procuro perceber e identificar elementos que não são novos, que sempre estiveram na história do Contestado, mas que até hoje não foram objetos de estudos dos diferentes trabalhos desenvolvidos.

Um dos elementos a que me refiro é o elemento “estrangeiro”, que se faz muito presente no desenrolar do Movimento e por vezes é tido como um dos propulsores do mesmo. Por uma questão de objetividade inicialmente procurei convencionar este elemento de duas formas: como o investidor e o colono². Enquanto investidor, representado pela figura de Farquhar e seu famoso programa, símbolo do capitalismo internacional avassalador de fins do século XIX e início do século XX. Enquanto colono, representado pela figura dos imigrantes estrangeiros, que vieram para a região noroeste do estado de Santa Catarina, de diferentes partes da Europa ou do estado do Rio Grande do Sul, para trabalhar na construção da EFSPRG ou nas colônias e serrarias da Lumber³.

A presença deste elemento estrangeiro é constante e nos leva a trilhar um caminho no sentido de procurar verificar e compreender como as relações internacionais entre Brasil e os diversos países envolvidos direta ou indiretamente com este contexto, se deram durante o período que antecedeu e se deu o movimento social do Contestado. Neste sentido, diversos são os episódios ocorridos na região do Contestado, que merecem ser pesquisados e trabalhados sobre esta ótica. O ataque à colônia de Rio das Antas, povoada por imigrantes europeus trazidos pelo grupo Farquhar e o incêndio da serraria de Calmon, uma das filiais da Lumber, ainda pouco pesquisados, merecem atenção da presente pesquisa por se tratar de importantes acontecimentos que podem nos dar subsídios para perceber o desenrolar da

² Estes termos foram escolhidos provisoriamente e deverão ser substituídos por outros mais adequados no decorrer da presente pesquisa de doutorado que está em andamento, ou caso haja extrema necessidade de utilizá-los buscarei justificar de forma fundamentada o uso dos mesmos.

³ Uma das subsidiárias da Brazil Raway Company.

política externa brasileira durante este período. Casos de invasões a terras de colonos de forma mais isolada, por sertanejos ou por forças civis, bem como, pedidos de indenização por parte das viúvas em função da morte de seus esposos, imigrantes estrangeiros, no cenário da Guerra também podem contribuir para compor este cenário.

Para trilhar este caminho e procurar entender um pouco mais sobre a política internacional brasileira do período, precisamos conhecer melhor este elemento estrangeiro, e neste sentido, algumas perguntas são fundamentais ao definir o presente problema de pesquisa, entre elas: quem eram estes imigrantes que vieram colonizar esta região? Qual a situação destas pessoas nos seus países de origem? Socialmente, como era a relação estabelecida entre aquele governo e estes grupos cooptados pelas companhias colonizadoras, entre elas o grupo Farquhar?

No que se refere a presença do imigrante estrangeiro naquela região é preciso considerar que haviam dois grupos com características um tanto diversas, não podendo colocá-los como numa “vala comum” ao tê-los como objeto de pesquisa histórica.⁴ Qualquer discurso que generalize estes grupos também por critérios de nacionalidade e não de etnicidade corre o risco de não enxergar as suas especificidades, pois estes além de virem de diferentes regiões da Europa, aqui chegaram em contextos diversos: um anterior a construção da estrada de ferro, com o intuito de uma colonização mais imediata ao longo do século XIX, se concentrando no estado Rio Grande do Sul, mas presente também em número menor, em Santa Catarina. Estes grupos para cá vieram, afim de atender a política colonizadora do Império. O outro grupo que precisamos considerar foi aquele que migrou das antigas colônias do Rio Grande do Sul e vieram para Santa Catarina em busca de novas terras. Estes últimos aqui chegaram quando já havia o conflito em torno dos limites territoriais entre Santa Catarina e Paraná e as lutas pela posse de terras e ervais entre coronéis e moradores/posseiros da região.

Jean Roche, quando se refere ao deslocamento dos descendentes dos primeiros colonizadores alemães para Santa Catarina afirma que não se pode negar que o movimento colonizatório foi favorecido pela abertura da linha de ferro São Paulo -

⁴ Não pode se deixar de lado o fato de que em diversas localidades da região envolvida no movimento do Contestado, fossem vilas ou não, contavam com a presença de imigrantes de diferentes nacionalidades anteriormente ao ano de 1908. Tem-se registro de 31 famílias de imigrantes alemães que vieram para colonizar a região de Rio Negro em 1829, Itaiópolis a partir de 1891, conta com a presença de operários industriais provenientes de Londres e também da Polônia, sendo que mais tarde esta localidade também recebeu colonos rutenos, segundo Queiróz (1981), provenientes de fazendas cafeeiras de São Paulo. Registros apontam que União da Vitória, ou Porto União ou simplesmente Porto, principal cidade da região “Serra Acima” do Estado do Paraná, teve grande influência da colonização norte europeia, principalmente descendentes de poloneses.

Rio Grande, no momento em que o governo do Rio Grande do Sul, alarmado com a rarefação das terras devolutas, lhes restringia justamente as vendas. (ROCHE, 1969, apud HEINSFELD, 2014, p.214).

Diante da suposta diferenciação entre estes dois grupos de imigrantes, novas questões surgem a fim de traçar um caminho que nos leve até os atos de violência praticados contra os estrangeiros imigrantes, principalmente nos momentos finais da Guerra do Contestado, quando da tomada dos diferentes redutos ou “cidades santas”⁵. Entre os questionamentos estariam: qual teria sido o grau de envolvimento dos imigrantes no movimento? O envolvimento teria sido diferente de acordo com o grupo de imigrantes? Quais seriam os motivos que levaram a sua integração e/ou identificação com as causas dos sertanejos seguidores de João Maria?

Procurando responder algumas das questões apontadas anteriormente, no estágio em que se encontra a presente pesquisa, temos de fato a constatação do envolvimento de diversos colonos/imigrantes com a Guerra. Paulo Pinheiro Machado em seu trabalho intitulado *Lideranças do Contestado*, procurou entre outros aspectos, identificar se haviam estrangeiros entre os líderes dos diferentes redutos. Chegou a conclusão de que não haviam líderes estrangeiros, mas podemos perceber que muito próximo, como homens de confiança, a estes líderes, haviam homens de outras nacionalidades que não brasileira. Seus sobrenomes nos possibilitam os identificar como imigrantes estrangeiros.

Machado nos aponta que:

Estes imigrantes mais antigos, principalmente das regiões de São Bento, Rio Negro e Canoinhas, aderiam com facilidade à “visão de mundo” cabocla, em sua maioria eram devotos de João Maria, e muitos atenderam voluntariamente ao chamado dos redutários de Taquaruçu. (MACHADO, p.2004, p.152).

Ainda segundo este autor, vários imigrantes estrangeiros e descendentes destes integravam diversos redutos rebeldes, alguns por vontade própria, outros por obrigação. Dentre estes, suponho que deveriam fazer parte, estrangeiros das primeiras levadas imigratórias e trabalhadores estrangeiros remanescentes da construção da EFSPRG. Para Espig (2011) porém, se houve a adesão e participação de trabalhadores estrangeiros da EFSPRG no movimento do Contestado, devem ter sido aqueles envolvidos mais diretamente com a construção do ramal União da Vitória – São Francisco. Pois os que construíram o trecho da

⁵ Reduto foi um termo amplamente utilizado pelos militares envolvidos com o movimento, em suas memórias ou relatórios ao se referirem as vilas que abrigavam os “sertanejos” seguidores de João Maria e envolvidos com a causa do Contestado. Já Cidade Santa é um termo utilizado pelos próprios sertanejos, ao se referir aos locais ou comunidades por eles criadas para abrigá-los.

estrada que cortava o Vale do Rio do Peixe, finalizado em 1910, devem ter voltado aos seus locais de origem e não retornariam quando da eclosão do movimento. Por outro lado, os que ficaram para a construção do ramal União da Vitória – São Francisco, teriam talvez motivos para aderirem a causa.

Observa-se que, de forma muito direta ao lado de líderes, levando suas famílias a compor os redutos livre e espontaneamente, por adesão as causas do movimento, ou obrigados a abandonar suas terras e aderir ao movimento de forma forçada, o fato é que o número de estrangeiros entre os que se entregaram às forças do Exército ao final da Guerra, é bastante expressivo. Em apenas uma das listas de pessoas que se entregaram⁶, que tivemos acesso até o presente momento, tem-se um percentual de quase 20% de nomes estrangeiros, ou seja, um número bastante significativo, que demonstra o envolvimento destas pessoas com o movimento social do Contestado.

Outros questionamentos feitos inicialmente no projeto desta pesquisa, foram: se o governo brasileiro chegou a tomar conhecimento deste envolvimento dos imigrantes com a Guerra na época? Se o governo dos países de origem destes imigrantes/colonos, tiveram acesso a estes tipos de informações, ou tomaram conhecimento destas participações? E por fim, como estas instâncias viam ou se manifestavam diante desse envolvimento?

Em relação a estes aspectos, as perguntas fazem todo sentido e as respostas são afirmativas. Por meio das fontes pesquisadas até agora, pode ser constatado a troca de correspondências entre diferentes ministérios brasileiros, como o da Guerra, Relações Exteriores, da Justiça com o comando geral das forças do Exército na Guerra - General Setembrino de Carvalho. Estas, acusam que não só o governo tinha ciência deste envolvimento, como apontavam para os problemas que este envolvimento estava gerando ao governo brasileiro, uma vez que legações, consulados ou até diplomatas de outros países, como Itália, Espanha, Alemanha, Polônia, Áustria, entre outros, estavam exigindo proteção e providências em relação aos seus súditos envolvidos neste contexto hostil.

Olhando para o elemento estrangeiro enquanto “investidor” e voltando à questão da política internacional e das relações diplomáticas, uma pergunta é fundamental: como o governo brasileiro se posicionou diante de episódios como os ataques a Colônia Rio das Antas e ao incêndio da serraria da Lumber? Os investidores internacionais que injetavam dinheiro no programa Farquhar, tomaram conhecimento e exigiram alguma garantia ou explicação por

⁶ Lista de pessoas que se entregaram às forças civis e às forças do Exército brasileiro - Coluna Leste.

parte do governo brasileiro? Estes são questionamentos importantes, porém até o presente momento não foram respondidos, a busca por fontes que nos apontem indícios para tentar responder a estes questionamentos, continua.

Diante da imagem de um país forte e organizado politicamente, que o Brasil pretendia passar à novos parceiros econômicos, entre eles os EUA, um movimento social nestas proporções poderia ser interpretado como uma espécie de “atestado de fraqueza” ou de desorganização da política econômica e social interna? Acredito que além de procurar reconquistar a imagem do Exército brasileiro, diante do evento de Canudos, a violência empregada pelas forças do governo poderia ter também por objetivo, num sentido maior, manter e fortalecer a imagem que o país tanto buscava construir no cenário internacional.

Acredito que estas perguntas se respondidas ajudarão a compreender a postura do governo brasileiro no âmbito das relações diplomáticas e as consequências desta guerra insana e espoliativa em relação a política internacional brasileira do período.

Violência e Diplomacia

O caso das reclamações estrangeiras sobre indivíduos mortos por forças civis já está dando o que fazer e parece que custará caro. Os inquéritos provaram infelizmente que houve degolamentos por parte dos tais civis; a propósito, permita que recomende todo o cuidado no seu relatório se tiver de referir-se a esses fatos. (José Caetano de Faria a Fernando Setembrino de Carvalho, Rio de Janeiro, 19 de maio de 1915, AFSC, CPDOC)

Esta pequena citação me despertou especial atenção ao ler parte da obra de McCann (2007), dedicada a estudar a história do exército brasileiro entre 1889 a 1937. O trecho que despertou curiosidade se refere a uma nota encontrada no capítulo 3 intitulada *O avanço das espadas* e mais especificamente num dos subcapítulos em que este autor procura mostrar a carreira e ascensão do general Fernando Setembrino de Carvalho (1861- 1847), líder das tropas do governo federal nos anos finais da Guerra do Contestado.

Esta nota poderia ter passado despercebida se não fosse o alerta de que a questão estava tomando proporções internacionais e gerando rugas diplomáticas entre Brasil e Itália, as quais permanecem como questões abertas na historiografia do Contestado. Em correspondência enviada no final do mês de janeiro de 1915, ao citado general Setembrino de Carvalho, José Caetano de Faria, então ministro da guerra, diz que o governo italiano havia

protestado “contra maus tratos a seus cidadãos”⁷ e que ele estava enviando um relatório do general ao ministro das relações exteriores Lauro Müller (1863 – 1926).

De fato, ao final da Guerra, mais precisamente no ano de 1915, diversos são os indícios encontrados que apontam para questões relacionadas a mortes e maus tratos de pessoas que haviam se rendido as forças do exército.

Uma vez registrados após rendição, os fiéis eram imediatamente interrogados, suas declarações eram comparadas e se fosse comprovada a existência de algum homem que tivesse atuado ativamente na luta contra as forças de repressão esse era imediatamente assassinado, geralmente por meio da degola. (RODRIGUES, 2008, p. 339).

Além destas questões até aqui colocadas, cabe lembrar que aspectos relacionados a violência, muito presente e amplamente citada pela historiografia do Contestado, no entanto pouco trabalhada, serão abordados como uma espécie de pano de fundo permeando os acontecimentos que acabam ganhando algum destaque no âmbito político brasileiro tanto nacional como internacional.

A recorrência das formas de abordagem, por parte da historiografia do Contestado, acerca do tema violência, leva-nos a perceber não só a sobrevivência como de certa forma a manutenção de um discurso que acusa o caráter violento da região, bem como da população, característica essa que ao transcender o movimento social, acaba por naturalizar a violência da Guerra. Percebo que a historiografia mais recente do Contestado, ao discutir outros temas e abordar a violência de forma muito periférica porém sempre presente, quase como um *souvenir* de uma batalha sangrenta, sem questioná-la ou problematizá-la, produz lacunas/vazios que fazem ecoar discursos duradouros provenientes dos primeiros relatos da Guerra, na sua maioria oriundos dos chamados “historiadores de farda”⁸.

De corriqueiro a diplomático, constatei que em determinado momento o aspecto referente a violência na Guerra do Contestado extrapolou o âmbito regional, noticiado por periódicos da época⁹, chegando a ganhar lugar de destaque na composição dos relatórios e correspondências de dirigentes do exército, de ministros, de governantes, de diplomatas e em jornais estrangeiros publicados no país ou fora dele.

⁷ José Caetano de Faria a Fernando Setembrino de Carvalho, Rio de Janeiro, 29 jan. 1915, AFASC, CPDOC.

⁸ Esta denominação é utilizada por Rogério Rosa Rodrigues.

⁹ Periódicos como *Diário da Tarde* de Curitiba-PR, e *O Progresso* de Ponta Grossa-PR, relatavam com frequência casos de maus tratos como cárcere privado, espancamentos e mortes de imigrantes estrangeiros trabalhadores da EFSPRG, no período 1908 a 1910. Sobre este aspecto ver ESPIG (2011).

Neste sentido, o presente trabalho busca a partir da problematização destas fontes/obras, perceber também, como os aspectos referentes a violência foram apropriados por aqueles que participaram da Guerra, narraram, relataram, descreveram, fotografaram, ou simplesmente registraram e, que se tornaram enunciados discursivos deste elemento considerado inerente a uma guerra.

Segundo McCann, “o destino dos que se renderam dependeu do caráter e das atitudes do oficial encarregado da unidade à qual eles se entregaram” (MACCANN, 2007, p. 194). Mesmo que o general Setembrino de Carvalho, representante do governo brasileiro no *front* de batalha, procurasse diante de instâncias superiores, negar tais atos, partindo em defesa de seus homens fossem estes pertencentes às carreiras do exército ou civis aliados, notícias como estas chegaram a ser veiculadas em periódicos da época e provavelmente tenham vazado informações, que levaram o governo italiano a protestar e cobrar um posicionamento dos dirigentes brasileiros diante de tais circunstâncias,

Da cadeia de Canoinhas eram tirados diariamente levas de desgraçados que se tinham apresentado voluntariamente, e entregues a Pedro Ruivo, um celerado vaqueano promovido a herói. Pedro Ruivo conduzia as vítimas para fora da vila e, na primeira curva do caminho, degolava-as. Os cadáveres ficavam insepultos. Os porcos e os corvos tinham fome. (O Estado, Florianópolis, 18 maio 1915, citado por QUEIROZ, 1981, p.218).

A partir das leituras realizadas sobre o Contestado, percebe-se que a historiografia¹⁰ pertinente, aponta para violência existente na região em litígio. “O mundo do sertão do Contestado” como diria (Monteiro, 1974), “é unanimemente descrito como um mundo de violência. Violência por questões de honra, violência por questões políticas, violência por questões de terra” (MONTEIRO, 1971, p. 37). O discurso construído aponta para a naturalização do caráter violento transcendendo o movimento social.

Segundo Espig (2011), muitos estudiosos do Contestado chegam a considerar a violência, quase como “característica” da região em que se deu o movimento. Cabe ressaltar que este discurso é fruto de um determinado tipo de leitura e interpretação de fontes, como os

¹⁰ Mauricio Vinhas de Queiróz (1981), ao traçar um breve histórico acerca das diversas vilas localizadas na região denominada “Serra Acima”, mais especificamente sobre a Vila de Canoinhas, aponta que esta tornou-se uma espécie de reduto de velhos maragatos e supostos foragidos da justiça dos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Douglas Teixeira Monteiro (1974), de forma um tanto diferenciada, busca desenvolver uma análise sobre a violência naquela região, categorizando esta em violência costumeira e violência inovadora. Já Márcia Janete Espig (2011), discute a atuação dos turmeiros na construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG) e procura apontar as questões relacionadas ao caráter, praticamente cotidiano, da violência em relação a estes trabalhadores e característico a região do Contestado, principalmente onde se localiza o atual oeste catarinense.

relatos memorialistas de militares e religiosos que atuaram na região e de notícias veiculadas na imprensa da época,

Várias fontes de segunda mão inclusive a maior parte da bibliografia reproduzem a mesma interpretação: a região contestada era consumida pelo conflito entre Santa Catarina e Paraná, e a desorganização do poder público na região, sobretudo no que se refere à ação policial, levava grande volume de criminosos a buscar guarida em suas terras. (ESPIG, 2011, p. 291).

Para findar a presente exposição, considero necessário fazer um último questionamento: os atos violentos praticados por parte das forças do Exército e imortalizados pelos relatórios e pelas memórias dos historiadores de farda¹¹ constituem um discurso em prol da construção de uma imagem que se queria para o exército brasileiro naquele momento no âmbito da política nacional ou uma imagem que se queria construir para o Brasil no âmbito da política internacional? Sobretudo, percebe-se que estes atos parecem demonstrar certa ingerência por parte dos governos federais e estaduais sobre aquela região, deixando que imperasse de certa forma, como diria Machado (2004, p.146), “a cultura da violência da resolução de pendências pessoais à faca”. Por isso, acredito que o estudo destes aspectos com base numa leitura um tanto diferenciada sobre as fontes, sendo estas inéditas ou não, podem nos ajudar a vislumbrar novas possibilidades de pesquisa no que diz respeito a historiografia do Contestado.

Bibliografia

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A Campanha do Contestado**. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CERVO, Amado Luiz. **As relações históricas entre o Brasil e a Itália**: o papel da diplomacia. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Instituto Italiano di Cultura, 1992.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

¹¹ RODRIGUES, Rogério Rosa. **Nas trincheiras da palavra**: os historiadores de farda e as narrativas históricas sobre a Guerra do Contestado. Texto inédito, acesso cedido pelo autor em outubro de 2012.

DIACON, Todd A. **Millenarian vision, capitalist reality**: Brazil's Contestado rebellion, 1912 -1916. Durham: Duke University Press, 1991.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. A política platina do Barão do Rio Branco. **Revista Brasileira de Política Internacional**. 43(2): 130-149, 2000.

ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado**: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915). Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 2011.

GALLO, Ivone C. D. **O Contestado**: o sonho do milênio igualitário. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999

GAULD, Charles A. **Farquhar, o último titã**: um empreendedor americano na América Latina. Trad. de Eliana Nogueira do Vale. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.

HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina**: a questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

MCCANN, Frank D. **Soldados da pátria**: história do exército brasileiro, 1889-1937. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

PINHEIRO, Leticia de Abreu. **Política externa brasileira** (1889-2002). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado (1912 – 1916). 3ª ed. São Paulo: Ática, 1981.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Lições Militares. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 85, p. 30-33, out., 2012.

_____. **Nas trincheiras da palavra**: os historiadores de farda e as narrativas históricas sobre a Guerra do Contestado. Texto inédito, acesso gentilmente cedido pelo autor. 2012.

_____. **Notícias do front**: a imprensa Catarinense e a sua representação sobre a Guerra do Contestado. Dissertação de mestrado em história, UFSC. Florianópolis, 2001.

SINGER, Paul Israel. O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930. **História Geral da Civilização Brasileira**. t. 2, vol. 1. São Paulo: Difel, 1977.

VALENTINI, Delmir José. **Da cidade santa à corte celeste**: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado. 2ª ed. Caçador (SC): Universidade do Contestado-UNC, 2000.

VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil**: a instalação da Lumber e a Guerra na região do Contestado (1906 – 1916). Tese de doutorado em História, PUC. Porto Alegre, 2009.